

STAROBINSKI, Jean, *Montesquieu* (trad. Tomás Rosa Bueno), São Paulo, Companhia das Letras, 1990, 196 pp., ISBN 85-7164-112-9.

Este livro não deve ser lido como uma análise do pensamento de Montesquieu. Starobinski, biógrafo, a partir da exposição de certas idéias que compunham as convicções pessoais do filósofo francês, nos introduz no universo de um pensamento que não pode ser corretamente compreendido se não tivermos atenção para a íntima relação entre filosofia e vida que se encontra na obra de Montesquieu. Segundo Starobinski, Montesquieu era um homem capaz de se equilibrar entre a nobreza a qual pertencia a liberdade de espírito que lhe era cara, era um atento observador de costumes e analista de comportamentos.

Ora, este homem sóbrio e observador dos seres humanos consegue, como nota Starobinski, fazer sutis análises sobre a alma dos homens. As leis que Montesquieu estuda no livro "O Espírito das Leis" só têm sentido se o legislador é um arguto observador de comportamentos. Estes, por sua vez, só contribuem para a felicidade humana quando permitem que os homens possam equilibrar o próprio desejo e não queiram muito mais ou muito menos. Mas, é bom frisar, o controle do desejo em Montesquieu, segundo Starobinski, não diz respeito a um desprezo pelos sentidos pois estes é que possibilitam a nossa abertura para o mundo da história e da sociedade.

Mas esta atenção dada aos sentidos não significa um abandono da razão. Esta continua sendo um elemento fundamental para o conhecimento das causas e para o estabelecimento de universais. Mas a razão que pensa somente a partir de conceitos, que não consegue trabalhar a partir do olhar que observa as coisas do mundo, é uma razão cega e desta Montesquieu quer se desvencilhar. O que ele busca é uma reflexão que nos permita uma visão ampla da realidade, de forma como se nos colocássemos numa torre (a mais alta, diz Montesquieu) para contemplar o mundo. Situados neste lugar, os fatos particulares com os quais nos defrontamos seriam melhor compreendidos.

É esta busca de compreensão do particular a partir do universo que funda a condenação de Montesquieu ao amor-paixão, sobre o qual o filósofo, como observador dos costumes, reflete. Segundo Starobinski, embora pouco se saiba sobre a vida afetiva do pensador francês, é possível retirar de suas obras alguns elementos que nos permitem uma compreensão do que ele pensava sobre certas formas de afetividade. Segundo Montesquieu, o amor-paixão é condenável porque nos afasta do universal, onde somos plenamente homens e estamos mais próximos de Deus, e nos deixa presos aos nossos próprios interesses. Nada mais aterrador para o filósofo do que este impedimento de se atingir aquela mais alta torre, já citada neste texto, e ter uma ampla visibilidade. Sendo assim, só o amor "filantrópico", o amor pela humanidade, é considerado legítimo.

Mas se o coração e o espírito são ambos importantes para Montesquieu, cabe ao espírito ter a consciência de que, apesar da diversidade que constitui a vida, esta não foge à universalidade das leis que a regem. Deve também o espírito ter claro que as energias humanas só são bem utilizadas quando canalizadas para o mundo social. Sendo assim, Montesquieu ataca diretamente a moral do individualismo heróico, própria da aristocracia, e afirma que nenhum homem deve se considerar acima da humanidade e nenhuma crença pode se afirmar como a mais verdadeira.

Esta crítica aos que se julgam acima de todos é explicável em Montesquieu. Se é necessário estarmos atentos para os costumes dos homens para melhor compreendê-los, temos que levar em consideração o fato de que o meio no qual um indivíduo nasce irá influenciá-lo. Desta forma, o clima, o solo, a vegetação, etc., são elementos fundamentais na formação de uma cultura. Ora, a pretensão de estar acima dos homens nos cega para este fato e, assim, não conseguimos entender que a visão de mundo de um oriental, por exemplo, tem tanto estatuto de legitimidade quanto a dos povos ocidentais.

Mas Montesquieu, apesar da crença na relatividade dos costumes, não abre mão da convicção de que existem leis universais que, estabelecidas pela natureza antes mesmo do surgimento das sociedades, devem regular a vida humana. Sem desconhecer a especificidade dos vários códigos legais dos diferentes povos do mundo, o filósofo francês considerava-os como particularizações da lei natural. Esta lei tem o seu fundamento último na razão humana e o legislador deve ser um intérprete desta. Mas para que o legislador interprete corretamente a lei, é preciso que ele seja um atento observador da história, pois esta não é regida por um determinismo radical. Segundo Starobinski, Montesquieu acredita numa lei natural, mas não pensa que possa-

mos aplicar à história a concepção de uma causalidade fechada e determinista, à maneira da Física de seu tempo. Starobinski nos chama a atenção para a dificuldade que Montesquieu tem para conciliar a universalidade da lei natural com a relatividade dos costumes. O pensador francês não acredita na existência de apenas uma causa determinante para um dado fato histórico. Neste sentido, ele defende que é preciso um conjunto de causas particulares para que um fato tenha lugar. Mesmo que exista uma causa geral para o acontecido, as causas particulares vão lhe determinar o significado. Desta forma, se Montesquieu reserva para o determinismo ao defender a existência da lei natural, ele consegue mostrar que esta lei ganha um rosto próprio no confronto com situações específicas.

É nesta passagem da universalidade da lei natural para a particularidade das situações concretas que a lei civil surge como fundamental. Ela deve coibir a violência que brota das paixões humanas e, para isto, deve ser impessoal de forma a poder se subtrair da influência das vontades particulares.

João Carlos Lino Gomes

DAMATTA, Roberto. *Conta de Mentiroso. Sete Ensaios de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

Não resta dúvida que Roberto Damatta é, atualmente, um dos mais conceituados antropólogos brasileiros, respeitado dentro e fora do país pela qualidade de seus estudos e pela originalidade de suas pesquisas. Atuando sobretudo no âmbito da antropologia social, universo carregado de índices capazes de revelar, ao pesquisador atento, os mais obscuros enigmas da nossa sociedade, Damatta foi autor de obras

clássicas da antropologia social, como *Carnaval, Malandros e Heróis* (1979) e *A Casa e a Rua* (1985), ambos voltados para o desvendar das mais curiosas e inesperadas realidades sociais brasileiras.

Retomando temas similares e/ou complementares aos livros anteriores, Damatta publica agora seu livro *Conta de Mentiroso*, série de estudos que procura desvendar alguns componentes estruturais da nossa realidade social. Mas ao contrário do que esta afirmação pode sugerir, o autor não procura fazer de seu livro um compêndio erudito de teorias interpretativas, optando antes pelo comentário descompromissado, pela leitura mais ou menos poética da sociedade, pela decifração de símbolos muitas vezes alheios às pesquisas sociológicas, tudo fundamentado, diga-se de passagem, por um rigor científico próprio dos mais sólidos estudos acadêmicos. É talvez seja essa capacidade de lidar, a um só tempo, com o erudito e o popular que faz de Damatta um dos mais interessantes estudiosos de nossa sociedade e de seu livro uma obra cuja leitura torna-se um prazer que vai além da mera interpretação sociológica.

Trata-se, como o próprio título sugere, de sete ensaios que versam sobre os mais diversos assuntos, da saudade à música de carnaval, passando pelo estudo da natureza brasileira ou da nossa inflação crônica. Curiosamente, embora tais ensaios se situem indiscutivelmente no universo rígido das pesquisas científicas, conseguem libertar-se do ranço academicista e expressar uma visão profundamente poética da sociedade, uma visão marcada pela fluidez e criatividade das idéias.

Assim sendo, em "Antropologia da Saudade" (pp. 17-34), o autor se propõe mostrar a sociedade como um todo complexo, que às vezes se revela por inteira através da saudade. Neste sentido, estuda a saudade como uma construção cultural e ideológica, ao contrário da tendência comum em estudá-la

como resultado de experiências empíricas (como as viagens), experiências demasiadamente individuais e psicológicas. Inverte-se, assim, a perspectiva de compreensão da saudade: "é a noção de saudade que nos faz refletir e, sobretudo, sentir com mais vigor, presença e intensidade o nosso amor e a ausência dos entes e das coisas que queremos bem. Ou seja: sei que amo porque tenho saudade. Sei que sinto a falta de um lugar porque dele sinto saudade" (p. 21). A saudade, ainda, deve ser entendida como uma categoria do espírito humano e, dentro dele, como revelação de certa estrutura de valores. Dessa forma, como categoria social, pode-se perceber que ela é a "expressão de uma concepção específica do tempo" (p. 22), revelando o tempo por dentro.

Em "A Obra Literária como Etnografia: Notas sobre as Relações entre Literatura e Antropologia" (pp. 35-58), o autor trata de algumas tentativas de se usar o texto literário como peças etnográficas (descrição de sociedades), sem levar em consideração as complexas questões poéticas que um texto literário pressupõe. Partindo de uma experiência pessoal, o autor afirma que, em seus estudos, a literatura sempre foi utilizada como narrativas míticas, seguindo-se uma tradição antropológica comparativista. Damatta procura apontar algumas diferenças entre a literatura e a etnografia: nesta, ao contrário daquela, o pesquisador pretende desaparecer em nome de uma objetividade, de um discurso científico; além disso, o discurso etnográfico procura resolver ou enfrentar um problema, sendo por isso um discurso motivado que despreza tudo o que é acidental e inesperado. Dessa forma, conclui-se que a antropologia e os estudos etnográficos são motivados pela tentativa de descrever regras e responder questões da sociedade, enquanto na literatura a importância é dada para os sistemas de ações individuais. Toman-

do a obra literária como narrativa mítica, o autor relembra sua experiência com os textos de Jorge Amado e Guimarães Rosa, em cujas obras buscou uma exposição dos princípios estruturais da sociedade. Neste sentido, a obra literária foi tomada como uma das expressões da sociedade.

Em "O Poder Mágico da Música de Carnaval (Decifrando *Mamãe Eu Quero*)" (pp. 59-89), o autor pretende estudar sociologicamente alguns aspectos da música popular brasileira, buscando analisar as relações sociais e políticas que a mesma estaria sugerindo. Neste sentido, a idéia central do trabalho é a de que a música popular (como a política, a economia, a religião) é um "veículo através do qual a sociedade se revela, deixando-se perceber como totalidade dinâmica, viva e concreta: como um universo eventualmente dotado de identidade" (p. 60). Este fato demonstra que a sociedade não se revela gratuitamente, necessitando antes de instrumentos apropriados que permitam sua manifestação, entre os quais a música popular poderia se destacar. Neste sentido, a música seria o elemento por meio do qual podemos reconstruir o mundo. De características bem marcadas, a música de carnaval desempenha a função central de conduzir à ação carnavalesca, motivo pelo qual elucidá-la é desvendar a ação carnavalesca nacional. Já numa observação apriorística desse gênero musical, percebe-se que o mesmo pressupõe uma dinâmica, um auditório móvel, caracterizado pelo movimento; além disso, tal música pressupõe o canto, a liberação de sensações etc. Esta música, portanto, vai além do popular, pressupondo uma vivência completa, de participação coletiva, já que não requer uma interpretação única, convidando todos a participar.

Em seu artigo "Em Torno da Representação de Natureza no Brasil: Pensamentos, Fantasias e Divagações" (pp. 91-123), o autor afirma que, apesar da diversidade e da complexidade que tal

tema sugere, é possível discutir certas generalidades presentes nas concepções brasileiras da natureza. Decide, contudo, manter-se no âmbito das concepções da natureza ligadas à idéia política de Brasil nação. Na verdade, em muitos aspectos o autor irá retomar idéias sobre as quais já vem trabalhando há algum tempo, sobretudo a de *dilema brasileiro*, que consiste no paradoxo caracterizado pelo fato de o sistema social brasileiro adotar teorias e valores modernos (igualitarismo, justiça social, progresso material etc.) sem abandonar uma série de práticas tradicionais (clientelismo, nepotismo etc.). Em suma, o *dilema brasileiro* revela uma "discrepância entre a teoria e a prática política" (p. 93), fazendo emergir um hiato entre o Estado-nação e as práticas sociais vigentes. Esse dilema, segundo o autor, se manifestaria também nas representações brasileiras da natureza. Tais representações poderiam ser expressas de várias maneiras: a natureza como terra-mãe, a natureza como um dos pólos que a relacionam ao homem, a natureza sob a perspectiva lusitana, a natureza dadivosa e edênica, a natureza como possibilidade de enriquecimento, etc. Estas e outras representações têm como centro a idéia de que a natureza e a sociedade são dotadas de um mesmo conjunto de valores.

Em "Para uma Antropologia da Tradição Brasileira (ou: a Virtude está no Meio)" (pp. 127-149), o autor trata do conceito de tradição, cujo uso abusivo tem causado entraves à compreensão da realidade latino-americana. Partindo das observações propostas por R. Schwarz (de que o Brasil é uma mistura resultante da combinação entre a prática do escravismo e a ideologia liberal, portanto revelando que as idéias estariam fora do lugar), o autor afirma que o importante é compreender o lugar das coisas, ou seja, "a ordem de legitimidade pela qual uma sociedade articula as práticas e os valores (sempre contraditórios) vigentes em seu meio" (p. 134). Neste

contexto, seria o caso de se perguntar a respeito da lógica que preside toda essa desarrumação, que poderia ser entendida se déssermos atenção, por exemplo, às relações pessoais do sistema brasileiro, contrastando-as com as leis constitucionais.

Em seu artigo "Em torno da Matriz Cultural da Inflação: Notas sobre Inflação, Sociedade e Cidadania" (pp. 151-174), o autor afirma, entre outras coisas, que o problema da inflação, no Brasil, deixa de se situar no simples âmbito da economia, passando pela política e pela sociedade. Neste sentido, defende a ideia de que inflação e cidadania estariam irmanadas. Assim, a inflação deve ser vista como parte de um todo complexo, dando-se especial atenção aos seus aspectos sociológicos e simbólicos. O autor afirma ainda que temos uma tendência a tratar o problema a partir de uma ótica mudancista, sempre alterando as regras do jogo ou realizando variações superficiais para resolver os problemas temporariamente. Relacionando inflação e cidadania, o autor diz que a condição de cidadão é uma espécie de moeda cívica, que desvaloriza (inflaciona) com o aumento de cidadãos e o colapso dos serviços públicos.

Finalmente, no último artigo, "Os Discursos da Violência no Brasil" (pp. 175-197), o autor analisa as várias leituras da violência no Brasil, que vão desde a leitura teórica ou erudita até a popular, passando pela institucional.

Nos sete ensaios aqui sintetizados, Damatta procura desvendar a realidade social brasileira pelo que ela possui de aparentemente mais insignificante do ponto de vista dos estudos acadêmicos, elegendo como elo de ligação dos mesmos uma interpretação da nossa sociedade pela ótica da antropologia. Por estas e outras razões, trata-se de um livro indispensável àqueles que sabem ser importante observar o organismo social através de seus índices mais insólitos e, conseqüentemente, mais interessantes.

Maurício Silva

DUTRA, Delamar J. Volpato. *Razão e consenso: uma introdução ao pensamento de Habermas*. Pelotas, Ed. da UFPel, 1993. 174 pp.

Uma das características da nova geração, dos anos 90, gaúcha, de filósofos é a publicação de suas pesquisas, especialmente de suas dissertações (de mestrado) que têm o objetivo da aprendizagem, da leitura e interpretação de textos filosóficos. Entre outros jovens professores universitários estão Luiz Carlos Bombassaro, com o livro *As fronteiras de epistemologia*, publicado pela Vozes, e Delamar José Volpato Dutra, com o livro que aqui é resenhado. O livro, redigido de modo objetivo e acessível, expõe as questões de fundamentação da filosofia de Habermas. Trata-se de um texto limpo, bem articulado, sutilmente crítico na exposição, aliás, como convém à exposição de um filósofo como Habermas que ainda está publicando suas obras e não oferece uma sistematização acabada de sua filosofia. O livro de Delamar Dutra é ao mesmo tempo audaz e prudente, de um lado por escolher para seu estudo um filósofo polêmico como Habermas e, por outro lado, por delimitar prudentemente sua investigação aos conceitos de razão e consenso. Afinal, a razão é o tema fundamental da filosofia e a busca do consenso um dos objetivos básicos da *Teoria da ação comunicativa*.

O livro de Delamar Dutra é organizado em quatro capítulos. Em *A pragmática universal*, parte da lógica do ato ilocucionário, conceito elaborado por Austin e que Habermas usa para mostrar a "intenção de um consenso comum" na fala, uma co-originalidade entre linguagem e entendimento e, conseqüentemente, parte de uma racionalidade comunicativa, ou seja, ligada à linguagem como ação, e que pressupõe uma revisão do conceito de mundo da vida, criticada por Husserl e em Heidegger, para oferecer argumentos

capazes de demonstrar como Habermas supera a "filosofia do sujeito" em favor de uma noção de mundo da vida estruturada comunicativamente e capaz de renovar a teoria crítica frankfurtiana.

Em seguida, em *Verdade: a pragmática dos atos de fala constataativos*, através da exposição de interesses orientadores do conhecimento, o autor analisa a constituição da experiência, sempre ligada ao problema dos atos de fala, para poder demonstrar os elementos da teoria consensual da verdade.

Em *Ética: a pragmática dos atos de fala regulativos* é apresentado o programa de fundamentação da ética de Habermas articulado com sua pragmática universal. Salienta especialmente o processo no qual as regras da ética do discurso precisam ser deduzidas do discurso racional na perspectiva da teoria da ação comunicativa. O conceito de consenso obtido pela argumentação reexamina o conceito de vontade racional e as relações entre ética e política. Aqui Delamar Dutra expõe o princípio de universalização e as divergências entre Habermas e Apel.

Em *A comunidade ideal de comunicação* ao expor o conceito de comunidade ideal apresenta uma espécie de pré-conclusão do livro que visa a uma introdução ao pensamento de Habermas.

Na *Conclusão*, entre outros aspectos, apresenta o método de Habermas, chamado de método reconstrutivo, o qual aproveita contribuições da história da filosofia e das ciências empíricas, valorizando especialmente o saber pré-teórico e os sistemas anônimos de regras a partir de novas concepções de investigação transcendental. Sem dúvida, um método que busca elementos em Freud, Marx, Kant, Hegel, Peirce, Wittgenstein, Husserl, Austin, Chomsky e muitos outros autores da filosofia e das ciências empíricas atuais. Habermas precisa delimitar muito bem sua tarefa conceitual. Por isso, embora a conclusão de Delamar Dutra seja breve, ela

também é fundamental para compreender o desenvolvimento de seu livro e especialmente para introduzir ao pensamento de Habermas.

O livro do autor, co-edição da Editora da UFPEL e Livraria Mundial, *Razão e consenso*, se não tem ainda o arrojo de pensamento próprio, possui a seriedade e a modéstia de um trabalho intelectual absolutamente consciente de seus objetivos. Sendo texto técnico, não deixa de ser acessível. Sendo claro e metódico na exposição, não deixa de ser rigoroso. Sendo introdutório não deixa de ser crítico na exposição.

Jayme Paviani

ROCHA, Zeferino, *A morte de Sócrates, uma mensagem ética para nosso tempo*, Recife, Editora Universitária - UFPE, 1994, 311 pp.

É possível que a mensagem ética de Sócrates, vinte e cinco séculos depois de sua morte, ainda possua alguma atualidade em nosso tempo? Para os freqüentadores da Filosofia, esta pergunta inicial poderia parecer despropositada, pois foi justamente com Sócrates que a Ética - a ciência do *ethos* - floresceu no ocidente. Mas o seu sentido não é apenas o de uma investigação histórica que procurasse captar no tempo tal florescimento e ligá-lo à figura do Sócrates platônico. Há um outro sentido, o do livro ora comentado: aquele que implicará a aceitação da necessidade de uma Ética para os nossos dias, e muitos que, talvez, houvessem esboçado algum sorriso, diante desta implicação, já tomariam ar mais sério e reflexivo, enquanto outros tratariam de interromper a leitura desta recensão.

Na primeira parte do livro de Zeferino Rocha, deparamo-nos com um

saboroso monólogo dividido em oito cenas, em que o autor, fiel aos acontecimentos históricos da vida de Sócrates, se permitiu imaginar o que este teria dito se tivesse ficado sozinho nos momentos que antecederam sua morte. A consciência da proximidade do fim leva Sócrates a refletir sobre o sentido de sua vida: "Enquanto espectadores de meu drama, apesar de serdes outros e diferentes de mim, vós vos identificais e fazeis uma só coisa comigo, e ocupais, assim, na qualidade de meus duplos, uma outra *cena* totalmente diferente desta que, neste momento, nos situa no tempo e no espaço. Como meus duplos, ocupais a *cena de minha interioridade*"... (pp. 25-26). Ao longo do monólogo vamos entendendo porque Sócrates, tendo podido fugir e escapar da morte, preferiu permanecer e enfrentar o seu Destino. E, a cada cena, a epígrafe escolhida por Rocha para seu livro parece fortalecer-se e desdobrar-se: "ET PROPTER VITAM VIVENDI PERDERE CAUSAS" (E por causa da vida, perder as razões de viver).

Mas poderia acontecer que algum leitor não possuísse os conhecimentos de História da Filosofia ou da História da Civilização no tempo de Sócrates, necessários para aproveitar melhor a riqueza do monólogo. Encher o texto

de notas de rodapé, algumas bastante longas, quebraria a fluência do monólogo. Por isso o autor preferiu separá-las numa segunda parte, de acordo com as divisões das cenas.

Na terceira parte, finalmente, a mensagem de Sócrates é atualizada para os nossos tempos. Destacam-se "a matriz logocêntrica da ciência do *ethos* na tradição clássica do pensamento ocidental"; "a modernidade, seu projeto teórico, suas ilusões e sua ética"; e "a pós-modernidade, seus caminhos de desespero e de esperança".

"É aqui que se levanta o grande desafio: no espaço aberto pelo *logos* epistêmico da civilização tecnológica, é preciso construir uma *ciência do ethos*. A situação é parecida com a que reinava no tempo de Sócrates, porque, então, o *ethos* tradicional era contestado pela crítica sofística. Hoje, também, no esplendor de uma civilização transfigurada pelo milagre da técnica, o problema ético é o mais grave e o mais premente. Urge refazer a morada do *ethos* para o homem pós-moderno que erra no deserto dos valores éticos. Ele andou muitos caminhos, mas, certamente ainda não encontrou os limites de sua alma, porque inesgotável é o *logos* que nele habita." (pág. 304)

Alvaro Mendonça Pimentel